



Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea

Karla Saraiva
Alfredo Veiga-Neto

RESUMO - Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. O objetivo deste artigo é mostrar algumas transformações recentes do neoliberalismo e da racionalidade governamental, para pensar possíveis articulações de tais mudanças com o campo da Educação. A partir dos conceitos de Modernidade sólida e Modernidade líquida, são apresentados alguns deslocamentos da racionalidade governamental liberal em direção à constituição de uma governamentalidade neoliberal. Incorporam-se contribuições de autores que podem acrescentar novas ferramentas para o campo dos Estudos Foucaultianos, a fim de descrever e de problematizar as mudanças de ênfases em algumas das atuais práticas sociais. Na moldura desse quadro teórico, são feitos três comentários que sinalizam a potencialidade de tais ferramentas para a pesquisa educacional.

Palavras-chave: Governamentalidade. Modernidade líquida. Capitalismo cognitivo. Neoliberalismo. Estudos foucaultianos.

ABSTRACT - Liquid Modernity, Cognitive Capitalism and Contemporary Education. This paper discusses some recent transformations in neoliberalism and governmental rationality, to consider possible articulations of these changes with Education. From the concepts of solid modernity and liquid modernity are presented some displacements of liberal governmental rationality towards the constitution of a neoliberal governmentality. Several authors bring new tools to the Foucaultian Studies, with which are described and discussed the changes of emphasis on some of the social practices. Into this theoretical frame, three comments indicate the potentiality of such tools for educational research.

Keywords: Governmentality. Liquid modernity. Cognitive capitalism. Neoliberalism. Foucaultian studies.

Desde as últimas décadas do século XX, estamos assistindo a diversas, rápidas, amplas e profundas transformações sociais, econômicas, culturais em âmbito mundial. Na conhecida formulação desenvolvida por Bauman (2001), estamos passando da Modernidade sólida para a Modernidade líquida. A Modernidade sólida, segundo ele, derreteria os sólidos para colocar outros melhores em seus lugares. Essas substituições cessariam no momento em que o sólido aí colocado não tivesse defeitos, atingindo uma suposta perfeição. A Modernidade líquida derreteu tudo o que era — ou parecia ser... — sólido, mas não coloca alguma outra coisa sólida em seu lugar. Assim, assume-se a impermanência, a constante mudança de formas, num processo que parece não ter previsão de término. A impermanência torna-se a única constante da Modernidade líquida. “Os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é que importa” (Bauman, 2001, p.8).

Essa metáfora tem um forte valor heurístico para compreendermos boa parte das mudanças sociais que estamos vivendo nas últimas décadas. Trata-se de mudanças que se dão rápida e profundamente num amplo conjunto de práticas sociais — e correlatas percepções e saberes. Tais práticas, tais percepções e tais saberes são da ordem da cultura, da economia, da política, da ética, da estética, da educação etc. A metáfora baumaniana pode funcionar como matriz de fundo para, tematizando a partir das mutações do liberalismo para o neoliberalismo, refinarmos nossos entendimentos acerca do que hoje está acontecendo no mundo da educação.

É nesse sentido que a metáfora serve ao objetivo principal deste artigo: mostrar algumas transformações recentes do neoliberalismo e daquilo que Michel Foucault chamou de racionalidade governamental, em suas articulações com os campos da pesquisa educacional e das práticas da educação escolar. Antes de ir adiante, é preciso fazer um alerta: tais articulações não devem ser pensadas como simples conexões mecânicas de causa e efeito mas, sim, como complexas e inextricáveis relações de causalidade imanente, nos termos propostos por Deleuze (1991)¹.

Começemos, então, com uma discussão panorâmica acerca da passagem do liberalismo para o neoliberalismo, segundo os instigantes *insights* desenvolvidos por Foucault nos anos setenta do século passado. Isso servirá como uma introdução às articulações que desenvolveremos mais adiante. Além disso, ao longo dessa discussão inicial será possível ir identificando vários daqueles conceitos e *topoi* que o filósofo elaborou — principalmente em seus estudos genealógicos — para descrever e problematizar as práticas sociais da Modernidade, tais como poder disciplinar, vigilância, espacialização e temporalização microfísicas, biopoder, governo (dos outros e de si mesmo), dispositivo etc.

O liberalismo, a partir da década de 1980, vem sendo ressignificado na forma de neoliberalismo. Como mostrou Foucault (2008a), o neoliberalismo apresenta deslocamentos importantes em relação ao liberalismo inventado no sécu-

lo XVIII. A diferença mais marcante que aqui nos interessa seria que, enquanto no liberalismo a liberdade do mercado era entendida como algo natural, espontâneo, no sistema neoliberal a liberdade deve ser continuamente produzida e exercitada sob a forma de competição. O princípio de inteligibilidade do liberalismo enfatizava a troca de mercadorias: a liberdade era entendida como a possibilidade de que as trocas se dessem de modo espontâneo. O princípio de inteligibilidade do neoliberalismo passa a ser a competição: a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico. Dessa maneira, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso equivale a dizer que a própria liberdade transforma-se em mais um *objeto de consumo*.

O deslocamento de uma governamentalidade centrada na naturalidade do mercado, que enfatizava o livre comércio, para uma governamentalidade centrada na competição está indissolúvelmente imbricado com um conjunto de transformações da sociedade contemporânea. Um primeiro efeito disso seria a passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores (Bauman, 2008). Isso não significa dizer que no liberalismo não havia consumidores ou que no neoliberalismo não haja produção. Evidentemente, a produção se faz para o consumo, e o consumo só é possível pela existência da produção. O que acontece é uma mudança de ênfases. Enquanto o foco esteve sobre a troca de mercadorias, a ênfase esteve do lado da produção; quando o foco se desloca para a competição, a ênfase deixa de estar na produção de bens, passando para o consumo. O que importa agora não é ter muitas mercadorias para vender, mas ter elementos que façam vencer a competição pela conquista dos consumidores. O que importa é inovar, é criar novos mundos porque, segundo Lazzarato (2006), consumir não significa mais comprar e destruir, como rezava a cartilha da economia clássica, mas pertencer a um mundo. E esse pertencimento deve ser o mais fugaz possível, pois na sociedade de consumidores a concorrência para captura da atenção é incessante. “Para uma sociedade que proclama que a satisfação do consumidor é seu único motivo e seu maior propósito, um consumidor satisfeito não é motivo, nem propósito — e sim uma ameaça mais apavorante” (Bauman, 2008, p. 126).

Nesse contexto, a centralidade da fábrica, instituição fundamental na produção das mercadorias, é deslocada para a empresa. A empresa não reproduz artigos manufaturados, mas cria novos mundos (Lazzarato, 2006). A empresa é a catalisadora da inovação, da invenção. É justamente por isso que entre as atividades mais importantes e características da empresa, destacam-se a pesquisa e o desenvolvimento, a comunicação e o *marketing*, a concepção e o *design*. A ascendência da empresa como modelo do capitalismo contemporâneo não faz desaparecer a fábrica. Ao contrário, muitas vezes ambas se unem em um único grupo empresarial. A diferença é que, agora, se inverte a relação de subordinação, assim como acontece com a relação entre produção e consumo. Se na Modernidade sólida a fábrica era o modelo dominante — sendo que as

atividades da empresa lhe eram subordinadas —, hoje ocorre o contrário. O fluxo moderno produção-venda, na lógica atual inverte-se e torna-se venda-produção. O ciclo inicia-se com a venda de um mundo pela empresa e pela sua posterior materialização em produtos e em serviços.

A fábrica, como instituição paradigmática da economia capitalista, situa-se do lado da Modernidade sólida. Ela pertence a uma economia baseada em máquinas e em prédios, com uma presença espacial marcante. A empresa situa-se do lado da Modernidade líquida: as pesadas máquinas termodinâmicas dão lugar aos elegantes equipamentos digitais, dispostos em conjuntos comerciais que impressionam mais pela arquitetura imponente — “mas decididamente não acolhedores, [...] destinados a serem admirados a distância” (Bauman, 2007, p. 99) —, do que pelas dimensões. Enquanto a fábrica mantinha um vínculo forte com a localidade onde estava, principalmente por sua forte dependência em relação aos trabalhadores que aí habitavam, a empresa como que flutua no ciberespaço, tendo apenas uma frágil ancoragem num ponto do espaço material.

Os que trabalham para as empresas no interior dos prédios habitam o ciberespaço global; seu vínculo físico com o espaço da cidade é perfunctório, frágil e contingente — e a grandiosidade arrogante e presunçosa das fachadas monolíticas, com apenas alguns pontos de entrada cuidadosamente camuflados, anuncia exatamente isso (Bauman, 2007, p. 99).

A globalização — um fenômeno tipicamente contemporâneo —, ao mesmo tempo em que enfraquece as fronteiras físicas, multiplica os bloqueios. As empresas, alojadas em arrojados prédios inteligentes totalmente informatizados, descolam-se dos locais onde se situam, criando lugares² voláteis, cuja entrada só é permitida para aqueles que possuam a necessária senha de acesso.

A fábrica moderna era local de trabalho de um grande número de operários, distribuídos em equipes fortemente hierarquizadas. O regime de trabalho era bastante homogêneo: todos contratados por tempo indeterminado, recebendo salários semelhantes aos outros de mesmo nível hierárquico. O tipo de trabalho que ocupava posição privilegiada na Modernidade sólida, servindo como modelo e atravessando-se em todas outras atividades produtivas, era o trabalho fabril. Tratava-se de um trabalho especializado, que colocava cada operário em seu posto, a executar uma atividade rotineira. Tal rotina era pouco modificada ao longo do tempo. Para a fábrica, importava o corpo do trabalhador. “Seu espírito, por outro lado, devia ser silenciado e [...] logo desativado” (Bauman, 2008, p. 72). O trabalho fabril era um trabalho com um recorte bem definido no tempo e no espaço: acontecia integralmente no ambiente da fábrica e dentro da jornada de trabalho.

Na empresa, esse cenário muda radicalmente. O número de trabalhadores é drasticamente reduzido e o regime de trabalho bastante heterogêneo: trabalhadores formais, prestadores de serviço, terceirizados, sócios minoritários etc.

Cada um parece constituir-se em um caso particular, com uma forma de contrato, cargas horárias e funções diferenciadas, dificultando organizações trabalhistas (como os sindicatos). Está-se diante de um trabalho que já não prioriza o corpo e seus movimentos mecânicos, mas a alma e o seu poder criativo. Esse tipo de trabalho — que cada vez ocupa mais destaque e se torna um modelo desejável — é aquilo que Lazzarato e Negri (2001) chamaram de trabalho imaterial. Trata-se de um trabalho intangível; que já não poder ser mensurado em termos de hora-homem; que já não está limitado ao espaço da empresa, nem à jornada de trabalho. Segundo aqueles autores (Lazzarato; Negri, 2001, p.30), nessa modalidade de trabalho “é quase impossível distinguir entre o tempo produtivo e o tempo de lazer”. Contudo, o modelo do trabalho imaterial não se restringe à empresa e às atividades de produção intelectual que elas desenvolvem. O modelo do trabalho imaterial também chega ao chão de fábrica e reorganiza a atividade do operário contemporâneo. O trabalho é agora realizado não mais por um autômato altamente especializado, mas por um sujeito flexível, capaz de ser realocado em funções diversas dentro da fábrica. Ainda segundo Lazzarato e Negri (2001, p.25), “é a alma do operário que deve descer na oficina”. Sua subjetividade deve ser transformada, dotando-o de poder de gestão das informações e de tomada de decisões. O trabalho imaterial atravessa e modifica todas as atividades da cadeia produtiva, seja na agricultura, seja na indústria, seja no comércio ou seja nos serviços. Na Modernidade sólida, a fábrica disciplinar, com sua rotina monótona e seu futuro previsível, bloqueava o acontecimento³. Na Modernidade líquida — ou, se quisermos, na Contemporaneidade —, o acontecimento está presente em todas atividades. “Trabalhar é estar atento ao acontecimento, quer este se produza no mercado, quer seja produzido pela clientela ou no escritório” (Lazzarato, 2006, p.109).

A reorganização do trabalho, a partir do modelo do trabalho imaterial, tem também trazido mudanças na forma de controlar a produtividade do trabalhador. Na fábrica moderna, o controle era realizado por meio da vigilância sobre o corpo, utilizando como instrumento o cronômetro. O operário da produção fabril deveria ser treinado para executar a atividade para o qual estava designado com a maior precisão e rapidez possíveis. A disciplina da fábrica exigia um corpo treinado no detalhe. A comunicação entre os operários devia ser evitada. Colocava-se em funcionamento uma tecnologia celular pelo quadrículamento do espaço, o que isolava os indivíduos e facilitava o controle de sua localização. Desatenção e interrupções do trabalho deveriam ser severamente punidas. As equipes cooperavam a partir da divisão do trabalho. Seus membros tinham funções bem definidas; dispunham-se e relacionavam-se hierarquicamente.

No trabalho imaterial, a comunicação não é apenas admissível, mas necessária. O trabalho imaterial tem por pressuposto a cooperação entre cérebros, uma cooperação que já não é uma divisão do trabalho como na fábrica; não é, nem mesmo, organizada pela empresa. A cooperação entre cérebros realiza-se por uma ação mútua e voluntária entre diferentes indivíduos e significa “agir

sobre as crenças e sobre os desejos, sobre as vontades e inteligências, ou seja, agir sobre os afetos” (Lazzarato, 2006, p.32). Ainda segundo Lazzarato (2006, p.110), “a organização do trabalho nas empresas poderíamos dizer que passou [...] do trabalho em equipe à atividade em rede”. Porém, mesmo que essa seja a organização da empresa, a rede não está circunscrita a ela. Virtualmente, a rede abrange toda a multidão⁴ de indivíduos. Os membros da rede constituem-se em uma indefinição funcional e suas relações não estão estruturadas por hierarquias. Bem em consonância com a metáfora de Bauman, enquanto as equipes tinham uma estrutura estática, a rede é dinâmica e constantemente reconfigurada.

O trabalho imaterial não pressupõe a reprodução, mas a invenção. Por estar muito fracamente limitado no tempo e no espaço e por mobilizar principalmente o cérebro, faz com que a vigilância sobre o corpo perca importância. Contudo, isso não significa a ausência de controle, mas apenas sua transformação. O cronômetro é substituído pelos indicadores e a visibilidade se desloca do corpo para o cumprimento das metas. Desqualificação da vigilância sobre o corpo, ênfase no controle sobre as almas. A localização instantânea dos *colaboradores* da empresa mantém-se em evidência. Reinventa-se a tecnologia celular por meio de um controle acionado a distância através de tecnologias digitais. Essa nova estratégia é colocada em funcionamento, utilizando recursos tecnológicos tais como mensageiros instantâneos e telefones celulares, o que permite alcançar cada um com maior eficácia, sem restrições espaço-temporais significativas. “Os trabalhadores, assim, trocam uma forma de submissão ao poder — cara a cara — por outra, eletrônica” (Sennett, 2003, p.68).

O deslocamento da ênfase em uma instituição de (re)produção de mercadorias — a fábrica — para uma instituição de inovação — a empresa —, de um trabalho centrado no uso do corpo para um trabalho que privilegia o uso do cérebro, sinalizaria a passagem do capitalismo industrial, também chamado de capitalismo fordista, para o capitalismo cognitivo (Corsani, 2003). No capitalismo industrial, a inovação era exceção. Seu funcionamento estava baseado na reprodução de mercadorias padronizadas. No capitalismo cognitivo, a invenção torna-se um processo continuado, a exceção torna-se regra. O acontecimento, antes neutralizado, domina e organiza o capitalismo cognitivo.

No capitalismo cognitivo, o modo de o capital valorizar-se é radicalmente diferente de como acontecia no capitalismo industrial. Enquanto neste último o capital multiplicava-se pela expropriação de trabalho material de seus empregados, para o capitalismo cognitivo isso é irrelevante. No atual sistema, a multiplicação do capital está muito mais relacionada com a criação, com a geração de idéias. Contudo, a criação nunca está circunscrita à empresa. A criação nunca é criação de um sujeito, pois aquele que estaria desempenhando a função de autor é apenas um ponto de catalização dos diversos fluxos que nele se cruzam. Conhecimentos, opiniões, idéias circulam pela sociedade e são a matéria-prima da criação. A empresa apropria-se de bens comuns, de bens intangíveis, de bens inconsumíveis que são uma produção do social (Lazzarato, 2006).

Ainda segundo Corsani (2003), o tempo do capitalismo industrial era um tempo contínuo, linear, sempre repetindo o mesmo processo. A memória era corporal. Já o tempo do capitalismo cognitivo é um tempo descontínuo, marcado pela invenção. Ou, utilizando um conceito de Maffesoli (2003), é um tempo pontilhista, marcado por rupturas e descontinuidades, isto é, pelo ritmo das inovações, pela irrupção do acontecimento. A invenção torna o tempo descontínuo, rompe o vínculo entre dois pontos. O que se experimenta é um eterno presente, pois a invenção nos desconecta do passado e não permite que se preveja com alguma clareza o futuro. A isso, costuma-se chamar *presentificação*.

Assim, a sociedade de consumidores, em que se desenvolve o capitalismo cognitivo, é uma sociedade do acontecimento. Nela, o longo prazo já não parece fazer sentido. Vive-se no curto prazo, numa cultura do instantâneo. Na sociedade dos produtores, o principal propósito para a aquisição de bens — e consequente geração e acúmulo de capital — era guardá-los. Durabilidade e solidez era a qualidade desejável para esses bens. De certa maneira, a satisfação era adiada. Ela não residia na realização imediata dos desejos, mas na vontade de garantir segurança a longo prazo. Na sociedade de consumidores, assiste-se à “negação enfática da virtude da procrastinação e da possível vantagem de se retardar a satisfação” (Bauman, 2008, p. 111). O que importa agora é a satisfação imediata dos desejos, que tão logo satisfeitos se transformam em outros novos desejos a satisfazer. A única característica imperdoável nos bens de consumo é a durabilidade. Procuram-se produtos leves, voláteis, descartáveis. Nosso entendimento é que passamos de uma sociedade que se projetava na caderneta de poupança, para uma sociedade que se projeta no cartão de crédito. Quem já não tem ou almeja ter um cartão de crédito?

Mas não apenas a satisfação é de curto prazo. Em uma sociedade organizada em torno do acontecimento e da invenção, já não é mais possível falar de futuro, entendido como um tempo vindouro previsível, passível de ser planejado. Ainda que a previsibilidade do futuro sempre tenha tido boa dose de ilusão, na sociedade do capitalismo industrial ainda era possível se ter um relativo domínio sobre ele. Na sociedade do capitalismo cognitivo, o futuro abre-se para o devir. Um tempo vindouro inescrutável, imprevisível. Nesse cenário de incertezas, qualquer tipo de plano de longo prazo, seja para as empresas, seja para o poder público, torna-se, no mínimo, arriscado.

Aqui nos parece possível traçar uma distinção entre as palavras *gestão* e *administração*. Embora muitas vezes tomadas como sinônimas, percebemos nuances que as diferenciam. Podemos, em um primeiro momento, observar que nos últimos anos a palavra *administração* vem perdendo espaço para a palavra *gestão*, seja nos discursos da mídia, seja na nomenclatura dos cursos acadêmicos, seja nos programas de planejamento empresarial, seja na esfera pública.

Essa diferenciação pode ser entendida se recorrermos à metáfora baumaniana. Na Modernidade sólida, o futuro era visto como administrável. A administração, no âmbito tanto público quanto privado, consistia num conjun-

to de técnicas seguras, bem desenhadas e com *embasamento científico*, que deviam ser aplicadas de modo a construir um futuro sob medida em função das nossas expectativas. Na Modernidade líquida, já não se acredita ser possível administrar *o e para o* futuro, isso é, prever e garantir, com segurança, o futuro. Agora, só parece ser possível fazer a gestão dos processos em um ambiente de incerteza. Segundo Sennett (2006, p. 52), “a estrutura da empresa não constitui um sólido objeto passível de estudo, seu futuro não pode ser previsto”. A *gestão* apresenta-se como uma forma muito mais aberta do que a *administração*. É marcadamente interdisciplinar e flexível, mutável e adaptativa, de modo a substituir as técnicas seguras e mais ou menos rígidas e fechadas por metodologias de soluções de problemas abertas e contingentes, e que incorporam um maior número de elementos em sua formulação e análise (Dias, 2002). De modo simplificado, parece-nos possível dizer que, enquanto a administração tem seu funcionamento ligado a cenários mais estáveis, com menor nível de incerteza, a gestão tem maior capacidade de lidar com a instabilidade. Enquanto a administração pensa no futuro, a gestão lida com o devir.

O deslocamento do foco do longo para o curto prazo parece ser algo bastante recente. Ele se reflete nos comportamentos em relação aos bens, em relação ao planejamento das empresas e, também, em relação ao comportamento dos profissionais, conforme mostra Sennett (2006), ao comentar uma pesquisa que comparou os planos de carreiras de jovens profissionais, na década de 1970 e hoje.

O grupo da geração anterior pensava em planos estratégicos de longo prazo, ao passo que o grupo contemporâneo pensa em termos de perspectivas imediatas. O grupo mais antigo era capaz de verbalizar metas, ao passo que o grupo contemporâneo encontrava dificuldade [para isso] (Sennett, 2006, p.75).

Para ele, estaria acontecendo uma corrosão da ética protestante weberiana. Esses novos profissionais — cuja carreira parece impossível planejar e que funcionam segundo a lógica do trabalho imaterial — são bastante diferentes daqueles de décadas atrás. Enquanto o trabalho material fabril constituiu-se no modelo de atividade, eram necessários corpos dóceis, corpos moldados para a tarefa que deveriam executar. Uma vez moldados, esses corpos poderiam se enrijecer, poderiam se tornar refratários a reconfigurarem suas próprias formas; e nem isso seria necessário, dado que sua função não mudaria. Agora que o trabalho imaterial torna-se o modelo, já não interessa uma moldagem definitiva do corpo. É preciso, antes de tudo, um cérebro flexível, readaptável às condições cambiantes. E não apenas flexível, mas também articulado, composto de segmentos interligados, nos quais se possa não apenas encaixar novos módulos e abandonar antigos, mas também, que possam ser articulados com outros cérebros. Resumindo, a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo marca a passagem da ênfase nos corpos dóceis para a ênfase nos

cérebros flexíveis e articulados. Cérebros que, por sua vez, comandam corpos que também têm de ser flexíveis (Veiga-Neto; Moraes, 2008).

É nesse ponto que podemos voltar às contribuições que Michel Foucault nos deixou nos cursos que ministrou na segunda metade da década de 1970, no *Collège de France* (Foucault, 1999, 2008, 2008a). É fácil ver como as transformações discutidas anteriormente estão imbricadas com transformações no diagrama de forças e no modo como se constitui a governamentalidade. Num primeiro momento, foi Deleuze (1988, 1992), que assumiu a constituição daquilo que Foucault havia denominado *sociedade de controle*. Na esteira de Foucault, ele argumentou que estaríamos passando de uma sociedade em que a ênfase estava nos *dispositivos de seguridade* — ancorados no poder disciplinar e no biopoder — para uma outra em que a ênfase estaria nos *dispositivos de controle*. Mais recentemente, Lazzarato (2006) mostra que, já no final do século XIX, Gabriel Tarde sinalizava essa mudança. Segundo Tarde, emergia então um novo grupo social, o que equivale a dizer um novo modo de recortar as multiplicidades. Tratava-se do público, ou melhor, dos públicos. Para Tarde, os públicos diziam respeito a mídias: o público de um jornal. Cada indivíduo pode pertencer a um sem número de públicos, a um sem número de mundos. Hoje, parece-nos que os públicos se multiplicam: públicos de jornais, de TV, de bandas de *rock*, de uma marca de tênis, de comida *vegan*. Virtualmente, tudo pode se tornar objeto de um público. Talvez seja possível dizer que enquanto os dispositivos de seguridade multiplicam a fabricação de riscos, os dispositivos de controle multiplicam a fabricação de públicos. O público é uma multiplicidade que não está unida pelo espaço, mas pelo tempo. O poder que age na formação do público não é da ordem da disciplina: não existem corpos enclausurados, corpos a serem vigiados. Também não é da ordem do biopoder: não está contido sobre um território, não importa para sua constituição o controle dos fenômenos da vida. O poder que forma o público não tem por alvo o corpo do indivíduo, nem o corpo da espécie. Seu alvo é a alma. Essa nova forma de poder incide sobre a vida, mas não a vida no sentido de *bios* nem de *zoé*, dos fenômenos biológicos, mas a vida conforme definem Tarde e Bergson: a vida como memória. Lazzarato (2006) toma o prefixo grego *nous* para nomear essa modalidade emergente de poder: *noopoder*. Para Aristóteles, o *nous* é a parte mais elevada da alma. O *noopoder* atua modulando os cérebros, capturando a memória e a atenção. Ele não substitui a disciplina nem o biopoder, mas se articula a eles, entra na composição de um novo diagrama de forças. Ainda que o *noopoder* não faça desaparecer as outras modalidades de poder, ele parcialmente as recobre e as modifica. Ele reorganiza os jogos de poder.

Esse novo diagrama de poder, segundo Lazzarato (2006), constitui as sociedades de controle. A partir de Tarde, ele enumera as seguintes características dessas sociedades: cooperação entre cérebros, por meio de redes; dispositivos tecnológicos arrojados, que potencializam a captura da memória e da atenção; processos de sujeição e de subjetivação para formação de públicos. O

noopoder age sobre as mentes com o objetivo de formar a opinião pública, isto é, o noopoder se exerce pela modulação da memória e da atenção.

Os dispositivos de seguridade, privilegiados no liberalismo, consistiam em efetuações do biopoder, que era exercido predominantemente pelo Estado. Desse modo, na Modernidade sólida, mesmo com o liberalismo pregando um Estado que governasse menos para governar mais (Foucault, 2008), a governamentalidade estava predominantemente nas mãos do Estado. A entrada do noopoder e de seus dispositivos de controle correlatos redistribuem a governamentalidade, fazendo com que as empresas estejam a desempenhar um papel possivelmente maior do que o papel do Estado na Modernidade líquida.

O quadro seguinte apresenta, de forma esquemática, alguns deslocamentos aqui referidos. É importante notar que não existe um processo de substituição, mas de ênfases, entendendo-se por ênfase o elemento que se destaca dentro de um conjunto. O quadro constitui-se em um recurso heurístico, que poderá servir como andaimes para construção de nosso pensamento, mas que está fadado a ser logo descartado.

Quadro 1 - Comparativo entre Modernidade Sólida e Modernidade Líquida

Modernidade Sólida	Modernidade Líquida
Permanência	Impermanência
Liberalismo	Neoliberalismo
Mercadorias	Competição
Produção	Consumo
Capitalismo industrial	Capitalismo cognitivo
Fábrica	Empresa
Trabalho material	Trabalho imaterial
Vigilância do corpo	Verificação das metas
Equipe	Rede
Temporalidade contínua/linear	Temporalidade pontilhista
Longo prazo	Curto prazo
Futuro	Devir
Administração	Gestão
Regulamentação - Regulação	Modulação
Segurança/biopolítica	Controle/noopolítica
População	Público
Rigidez/docilidade	Flexibilidade
Especialista/especialização	Expert/expertise
Unitário	Fragmentário
Fronteirizado	Desfronteirizado

As transformações foram aqui apresentadas de modo bastante simplificado e sabemos dos riscos decorrentes de tais simplificações. Nossa intenção foi tentar construir um esquema que ajude a entender um pouco melhor o funcionamento da sociedade contemporânea e, deixando Foucault um pouco para trás, tentar com ele e a partir dele examinar como vem se constituindo a governamentalidade nos dias de hoje. Pensar como estamos sendo governados na atualidade é condição para que se possa compreender o que vem acontecendo no mundo e, em particular, nas escolas e em torno das escolas contemporâneas. Se aqui usamos escola no plural é para registrar o entendimento de que reconhecemos a multiplicidade de configurações que a educação escolarizada pode assumir. Mesmo assim, assumimos que tais configurações se desenvolvem sobre um fundo que é comum a todas elas, independentemente de classe social, de nível de escolarização, de faixa etária dos alunos, de dependência administrativa, de localização etc.

Traçadas essas caracterizações da Contemporaneidade — com as ferramentas que nos colocam à disposição tanto os Estudos Foucaultianos quanto outras perspectivas teóricas que com ele se afinam —, fazemos, a seguir, três comentários de ordem educacional. Eles podem ser tomados como exemplos e como elementos para uma possível agenda de pesquisas e de ações futuras.

Um primeiro comentário diz respeito aos dispositivos de controle e ao *noo*poder. A entrada desses novos elementos na governamentalidade estaria deslocando o privilégio da escola na produção das subjetividades. Antes do aparecimento de tecnologias capazes de promover a cooperação entre cérebros à distância, as estratégias para produção da subjetividade mobilizadas nos encontros face a face tinham pouca concorrência. Os dispositivos capazes de atingir cérebros à distância vêm disponibilizando, especialmente a jovens e crianças, um novo repertório de valores e de comportamentos, muitas vezes conflitantes com aqueles que são apresentados nos ambientes escolares. O *noo*poder é um poder extremamente positivo, ativando o desejo e funcionando pelo exemplo. Sua sutileza e ubiquidade o tornam muito forte. Nesse contexto, a escola vem perdendo o privilégio na produção dos sujeitos. Muitos dos comportamentos que hoje proliferam nas escolas e são entendidos como indisciplina podem ser mais bem compreendidos no quadro mais amplo das sociedades de controle (Moraes, 2008) e, em particular, do *noo*poder.

Ainda que não tenha lançado mão das ferramentas analíticas com as quais estamos aqui trabalhando, os resultados empíricos relatados por Costa (2008) — que mostram de que maneira elementos do mundo do consumo, da música e da TV fazem-se presentes na escola, inscrevendo-se sobre os corpos infantis — parecem corroborar este nosso primeiro comentário. Conforme mostra Lazzarato (2006), se na Modernidade sólida apenas um mundo poderia se efetuar, na Modernidade líquida efetuam-se infinitos mundos impossíveis, ou seja, que não poderiam existir simultaneamente. Os jovens e as crianças que estão na escola hoje transitam por esses muitos mundos, parecendo não se importarem com tal impossibilidade.

O segundo comentário está relacionado às transformações da noção de tempo. A escola que hoje conhecemos, apesar das muitas transformações, ainda mantém um forte vínculo com a escola disciplinar da Modernidade sólida. Essa escola disciplinar está alinhada com a ética de adiamento da satisfação da sociedade de produtores. Ela não foi pensada para ser uma escola de prazer, uma escola para atender os desejos imediatos das crianças. O funcionamento da maquinaria escolar não era movido pelo desejo, mas pela vontade. Um dos grandes ensinamentos era justamente este: dominar o desejo, desenvolver a vontade. A satisfação prevista pela escola disciplinar era adiada para o final do ano, para o final do ciclo, para a vida adulta, para o futuro. A sala de aula era um lugar de trabalho. O único prazer admissível era o prazer de aprender aquilo que estava sendo ensinado. A escola da Modernidade sólida pensava no longo prazo, em uma temporalidade linear e contínua.

Nos últimos anos, com a progressiva entrada, na escola, das pedagogias psicológicas, ativas e outras congêneres, assistimos a uma reorganização da temporalidade. Ainda que a ética da procrastinação continue muito presente, as teorias e as metodologias que vêm orientando o trabalho pedagógico na atualidade, cada vez buscam mais a satisfação imediata. Isso pode ser percebido na importância hoje concedida ao interesse dos alunos.

Para ilustrar essa situação, podemos tomar o caso da pedagogia de projetos. O ponto de partida para os projetos são os interesses dos alunos, interesses devidamente direcionados, adequadamente produzidos. Afinal, os alunos podem escolher os temas dos projetos, mas sempre nos limites daquilo que a escola determina como aceitável. A noção de interesse, como nos mostra Foucault, é bastante importante para o liberalismo e permanece no neoliberalismo. A diferença é que, no segundo caso, o interesse é entendido como algo a ser produzido por intervenções sobre o meio. Na pedagogia de projetos, a decisão do tema pode até ficar a cargo dos alunos, mas deve encaixar-se dentro de um recorte estabelecido pelo professor. A vinculação dos projetos ao currículo não permite uma escolha assim tão livre, de modo que o interesse da criança é produzido por intervenções do professor. Lembramos o que Lazzarato (2006, p.101-102) escreve sobre as relações de consumo — e que *coincidentemente* parece caber muito aqui —; para ele,

nossa 'liberdade' é exercida exclusivamente para escolher entre possíveis que outros instituíram e conceberam. Ficamos sem o direito de participar da construção dos mundos, de formular problemas e de inventar soluções, a não ser no interior de alternativas já estabelecidas.

Os projetos de aprendizagem visam a transformar o longo prazo de recebimento da recompensa em curto prazo, produzindo uma satisfação imediata. O tempo contínuo da escola disciplinar torna-se assim um tempo pontilhista, marcado pela sucessão de projetos.

Com o terceiro comentário, pensamos focar uma possível articulação entre as transformações do mundo do trabalho e a educação. Conforme comentamos antes, o modelo de trabalho privilegiado na Modernidade líquida é o trabalho imaterial, focado na cooperação entre cérebros e capaz de produzir as inovações que mobilizam o capitalismo cognitivo. A segurança da rotina da fábrica moderna foi substituída pela impermanência e pelos acontecimentos. O conhecimento torna-se ultrapassado quase no mesmo momento em que é produzido. Conforme Sennett (2006, p.91), “quando adquirimos uma capacitação, não significa que dispomos de um bem durável”. Esse cenário aponta em dois sentidos diferentes, mas não excludentes (eles talvez até mesmo se complementem): um deles diz respeito às novas configurações do trabalho docente; o outro, às concepções sobre o papel da educação escolar nos dias de hoje.

No primeiro caso, é mais do que evidente a necessidade de repensar o trabalho docente em termos de sua crescente flexibilização, desprofissionalização, *substituibilidade*, desqualificação, marginalização social, desvalorização salarial, esvaziamento político, enfraquecimento associativo e sindical. Cada um desses *topoi*, por si só, já se coloca como uma questão cuja problematização nos parece importante e urgente. As escolas, transformadas, segundo Varela (1996), em *alucinados parques de diversão*, parecem prescindir da figura docente, substituindo-a por um ‘gestor de competências’, conforme anúncio de um curso de extensão voltado para professores (Fundatec, 2008).

No segundo caso, abre-se um amplo conjunto de entendimentos os mais variados, dentre os quais escolhemos a noção que está muito ligada à pedagogia de projetos e que pode ser assim formulada: mais importante do que aprender um determinado conteúdo, é aprender a aprender. “As empresas de ponta e as organizações flexíveis precisam de indivíduos capazes de aprenderem novas capacitações” (Sennett, 2006, p.107). Um sujeito em permanente processo de aprendizagem, em permanente reconfiguração de si, é o que se estaria pretendendo que a escola formasse a partir dessa estratégia pedagógica. Entendemos que o *aprender a aprender* significaria tornar-se empresário de si, colocando-se num processo de gestão daquilo que, segundo Foucault (2008a), é chamado de capital humano pelo neoliberalismo. Gerir seu capital humano é buscar estratégias de multiplicá-lo. À escola caberia ensinar essas técnicas de gestão.

Os três comentários que fizemos acima servem como exemplos, no campo da educação, das transformações sociais que hoje vivemos; servem, também, como indicações da potencialidade das novas ferramentas teóricas que os Estudos Foucaultianos e de outros autores correlatos oferecem-nos para a pesquisa educacional. Em cada um desses comentários há provocações e há elementos que podem ser desdobrados e podem ser combinados entre si. Procuramos deixar claro que é impossível superestimar a importância daquelas transformações e deslocamentos, bem como daquelas ferramentas, para o entendimento do que vem ocorrendo hoje na educação. Entender como o mundo está se constituindo e permanentemente se reconstituindo, como os modos de governar os outros e a si mesmo estão se modificando, parece-nos de grande

relevância para (re)pensarmos tanto as práticas escolares quanto as teorizações educacionais a elas relacionadas.

Recebido em abril de 2009 e aprovado em junho de 2009.

Notas

- 1 É bem conhecida a formulação deleuziana: causa imanente é aquela “que se atualiza em seu efeito. Ou melhor, a causa imanente é aquela cujo efeito a atualiza, integra e diferencia, [havendo uma] correlação, pressuposição recíproca entre a causa e o efeito, entre a máquina abstrata e os agenciamentos concretos” (Deleuze, 1991, p. 46).
- 2 Aqui, estamos fazendo uma distinção forte entre *espaço* e *lugar*, entre *espacialização* e *lugarização*, conforme proposto por Veiga-Neto (2007, p. 256), para quem “a *lugarização* [é] essa capacidade diferencial de criar lugares no espaço ou de trocar as posições relativas de modo mais ou menos controlado, com o fim de maximizar as vantagens por ocupar essa ou aquela posição”.
- 3 O acontecimento é o inesperado, o imprevisível, o singular. Segundo Foucault (1979, p.15), no campo da pesquisa genealógica, é indispensável “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava”.
- 4 A multidão, segundo Hardt e Negri (2005, p. 140), “designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem, muito menos, na indiferença), mas naquilo que tem em comum”.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe. **Capitalismo Cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 15-32.
- COSTA, Marisa. Cartografando a gurizada da fronteira: novas subjetividades na escola. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio. **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 269-294.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1992.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DIAS, Emerson. Conceitos de administração e gestão: uma revisão crítica. **Revista Eletrônica de Administração**. Franca, SP: FASEF, vol.1, jul./dez.2002. Disponível em: <http://www.facef.br/rea/edicao01/ed01_art01.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2008.

- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. P. 15-39.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FUNDATEC. **O professor como gestor na perspectiva de competências e habilidades**. Disponível em: <http://www.fundatec.com.br/home/folders/ted/2008.08_emkte-ducacao.html>. Acesso em: 23 dez. 2008.
- LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial e subjetividade. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. P. 25-42.
- MAFFESOLI, Michel. **O Instante Eterno**. Porto Alegre: Zouk, 2003.
- MORAES, Antonio Luiz. **Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível**. Canoas/RS: ULBRA/PPGEDU, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Lisboa: Terramar, 2003.
- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- VARELA, Julia. Categoriais Espaço-temporais e socialização escolar. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Escola Básica na virada do século**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. P. 37-56.
- VEIGA-NETO, Alfredo. As duas faces da moeda: heterotopias e “emplazamientos” curriculares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte (MG), n.45, p.249-264, jun. 2007.
- VEIGA-NETO, Alfredo; MORAES, Antônio Luiz de. Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível. In: **Resumos do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares**. Florianópolis: UFSC, 2008. P. 343.

Karla Saraiva é graduada e mestre em Engenharia Civil (UFRGS) e doutora em Educação (UFRGS). Professora do PPG em Educação da Universidade Luterana do Brasil.

E-mail: karlasaraiva@via-rs.net

Alfredo Veiga-Neto é Licenciado em História Natural (UFRGS) e Música (UFRGS), mestre em Genética (UFRGS) e doutor em Educação (UFRGS). Professor titular da Faculdade de Educação da UFRGS, Professor Convidado do PPG em Educação da UFRGS.

E-mail: alfredoveiganeto@uol.com

